

SÉRGIO FRANCLIM

EDIÇÃO  
REVISTA  
e AUMENTADA!

# PORTUGAL TEMPLÁRIO

HISTÓRIA E MITO

Templarismo  
Sebastianismo  
Quinto Império



ARENA

# ÍNDICE

<b>Prefácio</b>	9
-----------------	---

## **PARTE I: A PRIMEIRA INICIAÇÃO DE PORTUGAL (1140-1385)**

<b>A Génese de Portugal e a Ordem do Templo</b>	21
Portugal: Acaso ou Ideal?	21
O Milagre de Ourique	26
Portugal como a Própria Ordem do Templo	34
S. Bernardo: Mentor dos Templários e de Portugal	42
Os Herdeiros dos Templários	48
<b>Um Império para Portugal</b>	55
Um Frade Profeta	55
As Festas do Império do Espírito Santo	59
<b>O Fim da Primeira Iniciação</b>	63
A Batalha de Aljubarrota	63
O Retorno de Viriato	70

## **PARTE II: A SEGUNDA INICIAÇÃO DE PORTUGAL (1385-1640)**

<b>O Mistério Templário no Mosteiro dos Jerónimos</b>	79
A Missão Templária nos Descobrimentos	79
O Mosteiro dos Jerónimos	82
O Túmulo de D. Sebastião & Outros	87
A Mensagem dos Iniciados	94
<b>Sebastianismo e Quinto Império</b>	113
D. Sebastião, o Histórico e o Mítico	113
Bandarra: o Profeta do Sebastianismo	120
Padre António Vieira: o Ideólogo do Quinto Império	124
Do Auge ao Nevoeiro	147

### **PARTE III: A TERCEIRA INICIAÇÃO DE PORTUGAL (1640–1890)**

<b>Portugal Maçónico</b>	155
O Povo como Guardiã da Identidade Nacional	155
A Terceira Invasão do Estrangeiro	160
<b>O Grande Ressurgir de Portugal</b>	165
Guerra Junqueiro e o Ultimato Inglês	165
Sampaio Bruno, o Filósofo Sebastianista	172

### **PARTE IV: A QUARTA INICIAÇÃO DE PORTUGAL (1890–2140?)**

<b>Fernando Pessoa: Templário e Sebastianista</b>	179
Até ao Terceiro Aviso	179
Sebastianismo Invicto	184
O Horóscopo de Portugal	189
<b>O Despertar pelos Símbolos</b>	195
O Cavalo Branco	195
O Poder do Espírito	196
Os Ciclos das Construções	204
<b>Quinta da Regaleira: Templarismo Invicto</b>	209
Regaleira como Sonho de Portugal	209
Regaleira como os Novos Jerónimos	212
A Capela Templária	215
O Poço Iniciático	222
Regaleira: Últimas Palavras sobre a Quinta da Portugalidade	226

### **PARTE V: O SONHO DO QUINTO IMPÉRIO**

<b>D. Sebastião e os Novos Templários</b>	231
<b>Nota Final</b>	245
<b>Notas</b>	247

*O mito é o nada que é tudo.*

FERNANDO PESSOA

## PREFÁCIO

**Portugal** principiou com um **sonho**. Este país sonhado começou quando **D. Henrique**, um cavaleiro vindo da Borgonha, assumiu o poder do condado portugalense. Esse sonho foi continuado pelo seu filho, **D. Afonso Henriques**, que se tornou no primeiro rei português. Mais tarde, o mesmo sonho foi continuado pelos **templários**, que eram simultaneamente monges e cavaleiros. Com o surgimento da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, conhecida como **Ordem do Templo**, que se tornou a mais admirável ordem de monges guerreiros que existiu até hoje, o sonho iniciado por D. Henrique tornou-se real. Foi cumprida a **missão** de construir um país em nome de Deus: um país divino e escolhido para nele se erguer um império universal.

Os templários eram guardiões de segredos e de objetos que se acreditavam mágicos e fonte de poder. D. Afonso Henriques lutaria por um país novo, que contivesse o sonho templário. Quando se coroou rei, já tinha a missão de governar uma nação para o futuro, pois Portugal era o país que deveria receber a mais poderosa relíquia guardada pelos cavaleiros da Ordem do Templo. O reino surgia para que existisse o «Porto do graal» e o primeiro nome de Portugal já tinha esse espírito — *cale* em latim é cálice, outro nome para graal. O condado portugalense era o «porto do cálice», o lugar onde poderia repousar o cálice usado por Jesus Cristo na última ceia.

Este livro pretende definir os principais traços de um país que nasceu para ser templário no início e no futuro. Por isso, o escudo português surge constantemente ao lado da cruz da Ordem do Templo ou da cruz da Ordem de Cristo, a ordem portuguesa que apareceu após a extinção da primeira.

Sendo Portugal templário na sua essência, é, igualmente, mítico. Os mitos que construíram a nacionalidade lusitana conservam a natureza primordial desde a fundação da pátria. Todavia, Portugal comunga da essência antiga da Lusitânia, nação que adormecera no tempo em que Roma se constituía como o maior império do Mundo. Assim, Viriato não é um herói sem pátria, mas um herói português, um dos heróis da Mitologia Portuguesa.

Enquanto mito, Portugal resulta de um processo que se estendeu na história. A assunção mitológica de Portugal tem origem na tomada de consciência dos propósitos que conduziram a pátria desde o princípio, recuperando e fixando partes dos substratos culturais resistentes à passagem do tempo. O mito não é estático e molda-se aos tempos, apesar de manter o cerne dos sentimentos e dos objetivos que o animam. Por isso, quando se falar de Quinto Império, não se fará como se tal fosse uma reflexão filosófica, pois as conclusões tidas serão sempre do sentir e ser — do devir.

Portugal surgiu como pensamento de uma espiritualidade transcendente, que se desenvolveu naquilo a que chamamos Mitologia Portuguesa. Obviamente, a palavra mitologia é usada num sentido lato, pois numa certa perspetiva nunca poderia ser usada neste contexto. De facto, a ideia de mitologia necessita da representação de uma cosmogonia e de um coletivo de divindades. Além disso, o termo mitologia é por norma associado a narrações inverosímeis, dado que o homem moderno tende a desvalorizar os antigos deuses e as crenças dos seus antepassados. Porém, os deuses antigos e as suas histórias devem ser respeitados. Aliás, muitas dessas histórias

serão tão reais e tão verosímeis como as que animam as religiões mais atuais.

Portugal tem uma mitologia porque o país se construiu em função de um fim; as personagens históricas transformaram-se em personagens míticas, pois os factos históricos ajustaram-se às necessidades teleológicas. A partir de certo momento, o fim do país templário resumiu-se àquilo que o Padre António Vieira chamou Quinto Império.

De facto, a história física e metafísica de Portugal permite definir as suas particularidades ante o conceito de mitologia. A construção do percurso para a mitologia portuguesa obedecerá também à história académica, que apenas poderá ser totalmente compreendida se se ligar à história metafísica, já que os grandes portugueses de outrora construíram o país segundo sonhos místicos e religiosos, além de terem sido motor de forças transcendentais. Esses sonhos constituíam o horizonte dos extraordinários portugueses: de D. Afonso Henriques, que viu Cristo; de D. Dinis, que foi o plantador de naus a haver para se realizarem os Descobrimentos; de D. Nuno Álvares Pereira, que termina a vida como monge, depois de ter sido um grande guerreiro; de grande parte dos portugueses que partiram na aventura do além-mar; de D. Sebastião, que vai guerrear para o Norte de África por ambicionar mais para Portugal; de Padre António Vieira, que tão bem soube sentir e traduzir nos seus escritos a natureza mítica de Portugal; do poeta Fernando Pessoa, que se assumiu sebastianista e que foi defensor do Quinto Império, do império espiritual, desejado por Portugal quando o país templário nasceu...

Numa época em que a Pátria se reduz a um matiz de sentimentos confusos, consequentes da ignorância e do desprendimento de muitos portugueses, há que relembrar o que sempre se disse ao longo de séculos de ventura e desventura patrística: Portugal é um país criado com um propósito divino e que foi sustentado pela missão templária, que o país teve na sua origem e nos séculos seguintes. Os portugueses,

desde a aurora da pátria, sentiram-se parte de um povo eleito para o cumprimento de propósitos transcendentais. Por isso, compreende-se que, perante as cíclicas perdas de independência, a condição divina fosse sempre a justificação para se reiterar a autonomia.

Hoje, Portugal tem de ser entendido para lá da história meramente universitária. Assim, defende-se neste livro que o povo português, numa linha transcendental, tem raízes no povo lusitano. Obviamente, a antiga Lusitânia é a aglomeração de uma experiência coletiva, que perdurou, apesar de não ter um rosto e uma bandeira a defini-la. Portugal é a ressurreição de uma ideia e de uma mentalidade únicas. Chamamos a esse processo «verticalização da Lusitânia». Uma alma que evoluiu e que ascendeu a um outro nível de existência. E essa verticalização procedeu-se também de uma forma física. Portugal é, em suma, segundo a nossa história metafísica, o ressurgimento daquilo que foi a Lusitânia. E a ânsia pela liberdade é a maior marca que os antigos lusitanos terão transmitido.

Este livro estrutura-se a partir de reflexões conduzidas pelo simbolismo e pela análise inerentes à mitologia que se pretende fixar na alma lusíada. Há um lado simbólico a todo o processo histórico que aqui se apresenta. Se o título do livro nos orienta na construção de uma identidade que se molda com a Ordem do Templo, o subtítulo indicamos o caminho que se pretende realizar pela extraordinária história de Portugal. A via seguida será efetuada pelo misticismo e será iniciático. De facto, o conceito maçónico de iniciação será estruturante na construção do *corpus* da Mitologia Portuguesa. A ideia de que é preciso morrer para realmente se viver estará presente na forma como se organiza a história de Portugal neste livro.

Por conseguinte, a história de Portugal apresenta-se dividida em cinco ciclos, mesmo que estejamos a viver o quarto e que o quinto esteja somente prometido. Esta divisão é meramente simbólica e está intimamente ligada aos acontecimentos considerados mais significativos

para que se compreenda a importância de Portugal perante o Mundo e perante o destino da humanidade. No final de cada um, domina a ideia de destruição da pátria. Além disso, cada ciclo está intimamente ligado à ideia de iniciação. Por conseguinte, chamamos também iniciação a cada um. Assim, corresponderá ao Ciclo I a Primeira Iniciação. Cada fase da história portuguesa, simbolicamente dividida, tem um período em que a nacionalidade é colocada em causa. Para se entender melhor esta divisão simbólica, analise-se sucintamente o primeiro ciclo iniciático de Portugal, estabelecido entre 1140 e 1385.

O ano 1140 foi escolhido como o início do Ciclo I, a Primeira Iniciação, porque foi nesse ano que D. Afonso Henriques passou a assinar os seus documentos como rei (ressalva-se, porém, que a efetividade da iniciação correspondente a este Ciclo I será posterior). Portugal nasceria como estado independente, apesar de a autonomia política se ter iniciado anteriormente. A solidificação da independência foi a afirmação de uma vontade concreta, à qual estava aliada a Ordem do Templo. Em 1140, já havia um país soberano e pronto a cumprir um projeto espiritual, que a referida ordem trouxe para o extremo da Europa e para um país novo, que poderia ser facilmente adaptado ao ideal defendido. Este Ciclo I, no qual o domínio se faz sentir principalmente através da realeza, terá a sua prova iniciática com a morte do rei D. Fernando I, em 1383. A regência não anulará a vontade de o rei de Castela<sup>1</sup> integrar na sua coroa a portuguesa. A nobreza de Portugal esteve quase toda do seu lado e a entrega da nova Lusitânia ao Estrangeiro<sup>2</sup> concretizou-se. A «descida aos Infernos»<sup>3</sup> foi terrível. Contudo, tal descida conduziu à superação da prova iniciática. A superação teve o seu auge na batalha de Aljubarrota, pois Portugal ainda ambicionava cumprir-se no sonho templário. Todavia, faltavam outros ciclos, outras provas iniciáticas.

Ao longo da Primeira Iniciação, o espírito português estruturou-se e a consequência foi a mitificação de personagens e factos históricos. No final do primeiro Ciclo, já o primeiro rei vira Cristo e já D. Dinis instituíra as

Festas do Espírito Santo, com as quais se esperava a redenção do Mundo. Após a primeira descida aos Infernos, em que Portugal afirma a sua identidade independente e os seus propósitos, o ideal templário mantém-se firme, mesmo que nesse tempo a Ordem do Templo já estivesse extinta e já tivesse sido transformada, em Portugal, na Ordem de Cristo. A Primeira Iniciação fora cumprida. Portugal, simbolicamente, descera à escuridão e ascendera mais consciente de si e da missão que tinha.

O entendimento pleno de iniciação é fundamental para o percurso que irá efetuar-se, ao longo do livro, pela alma de Portugal. Fernando Pessoa defini-la-ia como o entendimento profundo dos símbolos, entendimento que permite a fuga ao lado profano. Em verdade, ela é imagem de algo inexplicável, do pensamento profundo, a via que nos permite captar algumas semelhanças entre a verdade do Mundo (e do Universo) e nós. Essas semelhanças estabelecem-se para lá da ciência e têm as respostas na profundidade do espírito, pois a iniciação é sempre espiritual, apesar de se servir do lado material. Desse modo, enquanto iniciático, todo o símbolo é revelação, a revelação que produz a ascensão daqueles que se deixam entranhar por ele.

A iniciação tem as suas origens na Antiguidade. Aquele que era iniciado, o neófito, encontrava-se pela escuridão e tomava consciência de si para receber a «luz do conhecimento». Ao neófito eram confiados ensinamentos secretos, que os profanos, aqueles que não eram iniciados, não conheciam.

René Guénon, um dos maiores autores da Tradição<sup>4</sup> escreveu sobre a iniciação:

«Sendo a verdadeira iniciação uma tomada de posse consciente dos estados superiores, é fácil compreender que ela seja simbolicamente descrita como uma ascensão ou uma “viagem celeste”; mas poder-se-ia perguntar porque é que essa ascensão deve ser antecedida por uma descida aos Infernos.»<sup>5</sup>

Então, para quê descer-se aos Infernos quando o objetivo é a ascensão? René Guénon esclarece:

«(...) essa descida é como uma recapitulação dos estados que precedem logicamente o estado humano, que determinaram as suas condições particulares e que devem, assim, participar na “transformação” que se vai efetuar.»<sup>6</sup>

De facto, a história de Portugal é cíclica e é, na sua essência, a repetição dos ciclos anteriores. As descidas aos Infernos são a contínua purificação da nação que tem a sua história dividida em cinco ciclos. Essa divisão estrutura-se através da alegoria e será plenamente entendida se a análise da história material estiver associada à história metafísica.

<b>CICLO</b>	<b>INICIAÇÃO</b>	<b>DESCIDA AOS INFERNOS E ASCENSÃO</b>	<b>PODER IDEOLÓGICO DOMINANTE</b>
<b>Ciclo I</b>	<b>Primeira Iniciação</b> <b>(1140–1385)</b>  Durou cerca de 245 anos	Da morte de D. Fernando I à Batalha de Aljubarrota a 14 de agosto (1383–1385)	<b>O DOS REIS</b>
<b>Ciclo II</b>	<b>Segunda Iniciação</b> <b>(1385–1640)</b>  Durou cerca de 255 anos	Do desaparecimento de D. Sebastião à restauração da independência (1578–1640)	<b>O DO CLERO</b>
<b>Ciclo III</b>	<b>Terceira Iniciação</b> <b>(1640–1890)</b>  Durou cerca de 250 anos	Das Invasões Francesas ao Ultimato Inglês, que deu início à destruição da monarquia incapaz de ser independente face ao Estrangeiro (1807–1890)	<b>O DO POVO</b>

<b>CICLO</b>	<b>INICIAÇÃO</b>	<b>DESCIDA AOS INFERNOS E ASCENSÃO</b>	<b>PODER IDEOLÓGICO DOMINANTE</b>
	<b>Quarta Iniciação</b>		
<b>Ciclo IV</b>	<b>(1890–2140?)</b> Durará cerca de 250 anos seguindo a média dos ciclos anteriores	Da adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) (1985–[...])	<b>O DOS POETAS</b>
<b>Ciclo V</b>	<b>Implantação do Quinto Império após 1000 anos de Portugal (ou de Lusitânia restaurada)</b>	—	<b>«O ESPIRITUAL»</b>

Ao longo deste livro, verificar-se-á que foi entre os Ciclos II e III que se construiu o cerne de todo o messianismo lusíada. Esse messianismo foi incorporado no rei D. Sebastião e nos mitos que se fixaram na sua figura, que hoje não é somente histórica.

De facto, os mistérios de uma nação são, por vezes, demasiado complexos para que possam ser dissecados e compreendidos à luz das questões materiais. D. Sebastião tornou-se um rei extraordinário não por aquilo que fez em vida, mas por aquilo que a sua morte (ocultação) originou. As consequências simbólicas que o seu desaparecimento trouxe para Portugal somente podem ser compreendidas à luz da espiritualidade, que está atualmente ofuscada pelo materialismo dos homens. A maioria desses homens não procura conhecer o passado e as razões que levaram os antepassados a tomar certas decisões. Para terem orgulho no seu país, os portugueses têm de conhecer a sua história grandiosa.

O conhecimento do passado e dos mistérios dos «egrégios avós» é fundamental nos tempos modernos. Esse entendimento será mais profundo se for feito no âmbito da Tradição que os cavaleiros templários conheceram e que incutiram nos seus ideais e nos seus feitos.

A Tradição pode ser vista como uma árvore de ramos extensos, dos quais saem outros ramos, todos provenientes de um mesmo tronco, no qual a verdade se mantém una, nunca podendo ser substituída. A Tradição, como árvore, corresponde à cosmogonia do ser humano. Ela estruturou-se e evoluiu de acordo com as necessidades da humanidade. Da verdade uma saíram diversas verdades, que se ajustaram às raças que as conheceram e de acordo com os espíritos presentes nessas raças. Diversas ciências ocultas e religiões evoluíram e subdividiram-se. Com tal processo, perdeu-se o fundamento para se conhecer certas verdades, que não podiam ser compreendidas pela generalidade dos homens. Essas verdades, provenientes do mesmo tronco, foram ocultadas e perpetuadas por espíritos que assumiram essa missão. Tudo terminará, porém, na criação de um tronco final, pois tudo é cíclico e tudo se repete. Na Tradição encontra-se o conhecimento antigo, o conhecimento verdadeiro e que permitirá entender tudo o que está relacionado com os homens e com aquilo que os rodeia.

Através da Tradição, pode entender-se o mistério que anima Portugal desde que surgiu poucos anos depois de a Ordem do Templo ter sido criada. Portugal assumiu a missão templária e, mesmo depois de a Ordem se ter extinguido, a missão perdurou. Portugal é país do Quinto Evangelho<sup>7</sup>. Podemos ver esse Quinto Evangelho como fonte onde se regista tudo o que se relaciona com a Mitologia Portuguesa. Nesse Quinto Evangelho, que é o do espírito e, por isso, eterno, mantém-se edificada a ideia de uma soberania nacional e divina em relação ao resto do mundo, mesmo que Portugal se entregue, de tempos a tempos, à possibilidade de perder a sua existência, uma possibilidade que significa sempre a morte para um posterior renascimento.

Curiosamente, na *Crónica de João I*, já surgia a ideia de um evangelho português. Fernão Lopes, fazendo alusão a Nuno Álvares Pereira, escreveu:

«Porque, assim como o filho de Deus, depois da morte que tomou por salvar a humanal linhagem, mandou pelo mundo os seus apóstolos pregar o Evangelho a toda a criatura (...) assim o mestre, depois que se dispôs a morrer, se cumprisse, por salvação da terra que seus avós ganharam, mandou Nun' Álvares e seus companheiros pregar pelo Reino o evangelho português.»

Mas o evangelho português não começou a ser anunciado por aquele que se tornou Santo Condestável e pelos seus companheiros: a «rosa iniciática» do Evangelho de Portugal floresceu com as batalhas de independência da nação, nas quais os templários tiveram um papel fundamental. Assim como o anjo Gabriel anunciou o nascimento de Cristo a Maria, também a aparição de Jesus Cristo a D. Afonso Henriques, rei que era irmão da Ordem do Templo, anunciou uma missão divina para Portugal.

O evangelho português é a expressão realizada pelo espírito lusíada, que ao longo da história escreveu belas páginas de ecumenismo no Mundo com a ideia de que há de surgir um Quinto Império e que a humanidade há de voltar a viver a Idade de Ouro. Alguns consideram tais ideias absurdas, mas essas ideias estão anunciadas em todas as tradições universais, do Oriente ao Ocidente. Assim, por raciocínio lógico, são parte da Tradição. No inconsciente coletivo, todos esperam o Rei do Mundo. Para Portugal, ele é português, é aquele rei que desapareceu em Alcácer Quibir... Porém, antes de falarmos do D. Sebastião histórico e metafísico, que reúne a identidade portuguesa para o fim dos tempos, temos de falar da gênese de Portugal. Na gênese lusíada, existia a missão templária.



PARTE I

A PRIMEIRA INICIAÇÃO  
DE PORTUGAL  
(1140–1385)



# A GÊNESE DE PORTUGAL E A ORDEM DO TEMPLO

## Portugal: Acaso ou Ideal?

No extremo Ocidente, aonde vão dar todos os impérios que se tinham sucedido a partir do Oriente, há um país que foi formado para ser um iniciático quadrado oblongo. Portugal foi sonhado e criado com propósitos políticos e espirituais muito concretos. O acaso pouco tem que ver com a renascença daquilo que formou o sentir e o agir portugueses ao longo dos séculos.

No final do século XI, o conde D. Henrique tinha vindo da Borgonha para o que viria a ser Portugal. O borgonhês casar-se-ia com a bastarda de D. Afonso VI e tomaria um condado para constituir o princípio de um reino, que o seu filho fundaria com os ideais templários.

Anos mais tarde, já no século XII, da **Borgonha** para a cidade santa, Jerusalém, tinha ido outro borgonhês, **Hugo de Payns**. Este viria a fundar a Ordem do Templo, que se tornou a ordem militar mais poderosa na Europa, sem a qual, talvez, Portugal não viesse a existir.

Também oriundo de uma família nobre da Borgonha, **Bernardo de Claraval**, abade cisterciense e um dos maiores intelectuais do século XII, ligar-se-ia a Portugal e à referida ordem de monges cavaleiros. As grandes decisões da Europa passariam por ele, porque as tomou ou porque as influenciou. Provavelmente, sem Bernardo de Claraval, a Ordem do Templo não teria tido a dimensão que teve na história nem Portugal teria conquistado a sua independência e tido o aval por parte do papa.

Quer Bernardo de Claraval, quer Hugo de Payns pertenciam à aristocracia borgonhesa. Independentemente das ligações, Hugo de Payns pediu ajuda ao abade de Claraval para a causa templária: era necessário redigir-se um documento que justificasse a ordem que pretendia revolucionar o modo como os cavaleiros eram vistos, pois os guerreiros templários não eram apenas cavaleiros: eram monges, soldados de Deus. Por isso, o já famoso Bernardo de Claraval escreveu a regra que justificava a existência da Ordem do Templo, criada em Jerusalém para proteger os peregrinos que pretendiam visitar os lugares santos. Depois de redigida a regra, que foi aprovada no Concílio de Troyes em 1128, os templários passaram a ter uma identidade mais definida e protegida pela Igreja. Depois disso, a expansão da ordem foi mais célere do que nunca.

Mas a forte influência que a Borgonha exercia na Europa, principalmente nos reinos cristãos que iam aparecendo na Península Ibérica, já se sentia antes. Essa influência é notória com a vinda de D. Henrique de Borgonha, um simples aristocrata proveniente das terras que hoje são parte da França, para tomar posse do condado Portucalense.

De facto, o espírito de cruzada, que invadira o Oriente e que teve o seu apogeu com a conquista de Jerusalém em 1099, já existia na Península Ibérica, pois há muito que os cristãos procuravam recuperar as terras perdidas para os muçulmanos. Assim, enquanto D. Henrique aceitou o governo do condado Portucalense, o seu primo, D. Raimundo de Borgonha, ficou com a Galiza e com o trono de D. Afonso VI ao casar-se com D. Urraca, sua única filha e herdeira. O plano templário e borgonhês posto em prática por D. Henrique para o pedaço de terra cristão que existia abaixo da Galiza será concretizado depois da sua morte, pelo seu filho D. Afonso Henriques.



O Conde D. Henrique numa litografia do século XIX. Tal como outros grandes cavaleiros do seu tempo, nasceu na Borgonha. Muitos deles foram para o Oriente conquistar as terras santas. Mas D. Henrique foi para o Ocidente, assumindo o poder do condado Portucalense e uma missão, que seria continuada pelo seu filho, o futuro primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques.

D. Afonso Henriques acabará por se incompatibilizar com a sua mãe, D. Teresa, que se afastara dos ideais do seu falecido marido. Assim, após a Batalha de S. Mamede, em 1128, D. Afonso Henriques assume o governo do condado e poucos meses depois já assina documentos com o nome do reino que funda: PORTUGAL.

Também no ano de 1128 foi oficialmente criada a Ordem do Templo, no Concílio de Troyes, dez anos depois de os nove<sup>1</sup>



Portugal como palavra sinal numa carta de doação feita por D. Afonso Henriques no ano 1129.

cavaleiros fundadores se terem reunido em Jerusalém, junto ao Templo de Salomão, e sujeitado aos votos de obediência, pobreza e castidade, além da obrigação de protegerem os peregrinos a caminho da terra santa.

Curiosamente, o ano de 1128 marca a oficialização da Ordem do Templo e a tomada do poder de D. Afonso Henriques no Condado Portucalense. Será coincidência? Obviamente, não se pode afirmar que o futuro de Portugal tinha sido pensado na abadia de Claraval pelo futuro S. Bernardo, que pertencia à nobreza borgonhesa como Hugo de Payns. Porém, é certo que S. Bernardo foi um grande defensor do Portugal emergente, como se comprova pela defesa que fez de Portugal ante o papado quando D. Afonso Henriques procurava o reconhecimento. Além disso, a influência de Bernardo de Claraval percebe-se pela fundação, em Portugal, de muitos mosteiros cistercienses, que surgiam à medida que o reino português expandia as suas fronteiras.

As relações estabelecidas entre o rei e algumas figuras do seu tempo não são isentas de um sentido muito concreto. Há que fazer correlações e considerações, porque a história, muitas vezes, não é apenas um manual do que está escrito. António Telmo, autor que analisou o simbolismo secreto do claustro do Mosteiro dos Jerónimos, afirma na introdução ao seu livro *História Secreta de Portugal*:

«Há uma história oculta em Portugal. Não dizemos isto no sentido em que tudo se pode afirmar ter um aspecto oculto. Pensamos que houve entre nós, senão connosco, uma organização esotérica que, de uma maneira perfeitamente consciente e intencional, procurou a partir desta Pátria, a que deu existência, redimir o mundo do mal e da divisão.»<sup>2</sup>

Portugal terá tido origem num projeto que não deixou grandes vestígios devido ao seu lado iniciático e secreto. Todavia, tal projeto ainda

vigora e é defendido pela Ordem Templária de Portugal, revelada por Fernando Pessoa e mantida secreta até hoje.

Quando Portugal surgiu, D. Afonso Henriques ambicionava que o recente país fosse a nova Jerusalém, a Jerusalém espiritual, que os textos bíblicos anunciavam, já que a cidade santa recentemente conquistada podia ser facilmente perdida. Além do mais, Portugal também nascia no âmbito da cruzada, da guerra santa e justa, contra os adversários da fé cristã.

Não é de estranhar que em 1128 a Ordem do Templo tenha recebido de D. Teresa e do ainda infante, D. Afonso Henriques, o castelo de Soure. Depois de conquistar o poder à mãe, D. Afonso Henriques tornará essas doações frequentes conforme o avanço cristão para Sul. O poder templário cresceu a todos os níveis. Os cavaleiros de mantos brancos, com uma cruz vermelha cosida no lado esquerdo, os monges guerreiros, tornavam-se uma presença importantíssima na história de Portugal, pois sem eles D. Afonso Henriques não teria feito as conquistas que fez nem mantido muitos dos territórios que iam constituindo o território português.

Portugal não nasce do acaso. Há uma missão transcendente que anima e orienta D. Henrique e, fundamentalmente, o seu filho D. Afonso Henriques, pois este liga o destino do novo reino ao dos cavaleiros templários, os primeiros monges da história que puderam erguer uma espada para combater aqueles que se consideravam infiéis. Por trás dos templários estava Bernardo de Claraval, o monge que pensara a filosofia templária, que se difundira por toda a Europa. Bernardo de Claraval foi também um grande defensor de Portugal, que se deixou conduzir pela sua influência. A presença de inúmeros mosteiros cistercienses em Portugal e as doações que receberam por parte do rei português são prova disso.

Concluimos que a génese de Portugal, país nascido para a transcendência, nação pensada e sonhada por homens centrados em Deus,

é iniciada por propósitos borgonheses. Mas D. Afonso Henriques não é borgonhês como o seu pai, ele já nasceu nas terras do reino que fundará, embora mantenha uma ligação estreita com a terra dos seus antepassados, e o novo reino é também a restauração da alma dos antigos lusitanos. Ele será o primeiro rei de Portugal, daquele porto sonhado para receber o cálice sagrado. Talvez, por isso, Deus o assinala com a Sua marca, enviando o próprio Jesus para uma promessa que hoje se mantém. De seguida, analisa-se essa aparição, recorda-se a batalha de Ourique e aprofunda-se um pouco mais a figura do primeiro rei de Portugal.

## O Milagre de Ourique

O Milagre de Ourique é uma das grandes chaves para se compreender o Portugal místico e a importância que o fundador de Portugal assume em todo o processo supra-histórico que tem orientado a pátria lusitana desde o seu início.

De facto, **D. Afonso Henriques** assumiu um papel predestinado ao tomar uma coroa que era quase impossível manter dadas as circunstâncias políticas que se viviam na Península Ibérica no século XII. Existia o problema da vassalagem e um inimigo religioso também. Todavia, na perpendicularidade dessas duas situações, estava a genialidade de um homem e uma força que é divina, segundo a Mitologia Portuguesa.

O reino de Portugal não era consequência do acaso, mas ato do divino que certos homens assumiram quando, no extremo do Ocidente, quiseram erigir um país. Esses homens foram a ação de Deus no Mundo. Por isso, além de soldado, D. Afonso Henriques foi visionário — um homem capaz de entrar em contacto com o invisível e sonhar mais do que a sua própria vida permitia. O Milagre de Ourique, que se centra

na visão de Cristo por parte do primeiro rei português antes de a batalha se iniciar, não é o início de uma transcendência sem repetição, mas o seu auge.

D. Afonso Henriques, guerreiro e rei, teve, na mais tenra idade, a intervenção divina, e por isso era predestinado. De acordo com a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, escrita no reinado de D. Manuel I, por Duarte Galvão (1446–1517), o futuro monarca nasceu com um «aleijão». Com esse «aleijão», Portugal nunca teria tido o rei guerreiro que teve; ou melhor, Portugal nunca teria sido Portugal.



D. Afonso Henriques numa litografia do século XIX. O primeiro rei de Portugal compreendeu a missão que a Ordem do Templo tinha e o poder real esteve, desde então, ligado aos objetivos templários.

Duarte Galvão relata na sua crónica que D. Egas Moniz tinha pedido a D. Henrique para ficar encarregue da educação de D. Afonso Henriques

e nem a deformidade nas pernas com que o rapaz nasceu o fez mudar de ideias. Quando D. Afonso Henriques completou 5 anos, Nossa Senhora apareceu, num sonho, a D. Egas Moniz, dando-lhe indicações para que o menino fosse curado. O aio fez o que Nossa Senhora lhe disse, foi procurar uma igreja enterrada e lá colocou o aleijado sobre o altar. O filho de D. Henrique ficou curado do «aleijão» e D. Egas Moniz deu muitas graças pelo milagre. Em virtude desse acontecimento, foi construído, nessa igreja, o Mosteiro de Cárquere, no concelho de Resende.

E se a deficiência de D. Afonso Henriques não tivesse sido curada? Pode supor-se a presença de alguma fantasia na narração de Duarte Galvão, que escrevia sobre o primeiro rei português a mando do governante, D. Manuel I, rei que desejava a universalidade de Portugal pelo Mundo.

Já tinham passado alguns séculos desde a existência do monarca que era louvado em cada episódio da história lusíada. Com o passar do tempo, o primeiro rei de Portugal tinha-se tornado um mito e havia necessidade de confirmar que o reino e a sucessão de reis que proviera de D. Afonso Henriques assumia o dever dado por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Duarte Galvão, na sua narração do Milagre de Ourique, apresenta-nos D. Afonso Henriques como um homem muito devoto, que recebe a visita de um eremita, que lhe anuncia a vitória frente ao inimigo e ainda a aparição de Jesus Cristo, numa visão. O cronista Duarte Galvão afirma perentoriamente que tal visão serviu para D. Afonso Henriques saber que Portugal foi certificado por Deus para ser sempre reino.

Será verdadeiro o Milagre de Ourique?... Terá mesmo o primeiro rei português visto Jesus Cristo? A possível verdade acerca da visão é confirmada pelo dito Juramento de Ourique. Pedro Mariz, historiador e escritor, anunciava, no final do século XVI, na segunda edição da sua obra *Diálogos de Vária História*, que os monges cistercienses de Alcobaça, que viviam no mosteiro doado pelo primeiro rei português

a Bernardo de Claraval em 1153, tinham descoberto nos seus arquivos um documento em latim que continha uma declaração feita em Coimbra, 23 anos depois da Batalha de Ourique, com a presença de vários bispos e de grandes nobres, e pelo próprio D. Afonso Henriques, a propósito da aparição de Jesus. Esse documento foi reeditado, em 1602, na *Crónica da Ordem de Cister* pelo cronista oficial da ordem e do reino, Frei Bernardo de Brito. Mais tarde, em 1632, com poucas mudanças, o sucessor do referido freire, António Brandão, na *Monarquia Lusitana*, reproduz o juramento.

Reproduzimos o juramento feito pelo monarca para confirmar a veracidade da visão que teve de Nosso Senhor Jesus Cristo, como está no tomo III de *Monarquia Lusitana*...

Eu, Afonso, Rei de Portugal, filho do Conde Henrique e neto do grande Rei D. Afonso, diante de vós, Bispo de Braga, Bispo de Coimbra, Teotónio e de todos os mais vassalos do meu Reino, juro nesta Cruz de metal e neste livro dos Santos Evangelhos, em que ponho as minhas mãos, que eu, miserável pecador, vi com estes olhos indignos Nosso Senhor Jesus Cristo estendido na Cruz do seguinte modo:

Eu estava com o meu Exército nas terras do Alentejo, no Campo de Ourique, para dar batalha a Ismael e a outros quatro Reis Mouros, que tinham com eles infinitos milhares de homens; e a minha gente temerosa por tal multidão, estava atribulada e triste de sobremaneira, tanto que diziam alguns ser temeridade acometer tal jornada. E eu, enfadado pelo que ouvia, comecei a pensar no que faria; e tendo na minha tenda um livro em que estava escrito o Testamento velho e o de Jesus Cristo, abri-o, e li nele a vitória de Gedeão, dizendo para mim mesmo:

— Muito sabeis vós, Senhor Jesus Cristo, que por amor a vós tomei sobre mim esta guerra contra vossos adversários; na vossa

Mão podeis dar a mim e aos meus fortaleza para vencer estes blasfemadores do vosso nome.

Ditas estas palavras, adormeci sobre o livro, e comecei a sonhar que via um homem velho vir para onde eu estava, e que me dizia:

— Afonso, tem confiança, porque vencerás e destruirás estes Reis infieis, e desfarás a sua potência; e o Senhor se mostrará.

Estando nesta visão, chegou João Fernandes de Sousa, meu Camareiro, dizendo-me:

— Acordai, meu senhor, porque está aqui um homem velho, que vos quer falar.

— Entre — respondi-lhe — se é católico.

E entrou, reconhecendo-o como aquele que no meu sonho vira; e ele disse-me:

— Senhor, tende bom coração, vencereis e não sereis vencido; sois amado do Senhor, porque sem dúvida pôs sobre vós e sobre a vossa geração os olhos da sua misericórdia, depois dos vossos dias e até à décima sexta descendência, na qual se diminuirá a sucessão, mas nela assim diminuída Ele tornará a pôr os olhos, e verá. Ele manda-me dizer-vos que quando na noite seguinte ouvirdes a campainha da minha ermida, na qual vivo há sessenta e seis anos, guardado no meio dos infieis com o favor do Alto, saia fora do Real sem nenhum criado, porque vos quer mostrar a sua grande piedade.

Obedeci, e prostrado na terra com muita reverência, venerei o Embaixador, e quem o mandara; e posto em oração aguardei o som, ouvindo na segunda vela da noite a campainha, e armado com espada e rodela, saí fora dos Reais, e subitamente vi no lado direito, contra o nascente, um raio resplandecente, e indo-se pouco e pouco clarificando, tornava-se maior, e pondo de propósito os olhos para aquela parte, vi de repente no próprio raio o sinal da Cruz, mais resplandecente que o Sol, e Jesus Cristo crucificado nela; e de uma e de outra parte uma grande cópia grande de Mancebos resplandecentes,

os quais creio que seriam os Santos Anjos. Vendo, pois, esta visão, pondo de parte o escudo, e espada, e lançando em terra as roupas, e calçado, lancei-me de bruços; e desfeito em lágrimas comecei a rogar pela consolação dos meus Vassallos; e disse sem nenhum temor:

— Com que fim me apareceis, Senhor? Quereis porventura acrescentar fé a quem tem tanta? Melhor é certamente que vos vejam os vossos inimigos para que creiam em vós, que eu, desde a fonte do Batismo, vos conheci como Deus verdadeiro, Filho da Virgem e do Pai Eterno, e assim vos conheço agora.

A Cruz era de maravilhosa grandeza, levantada da terra quase dez côvados. O Senhor com um tom de voz suave, que minhas orelhas indignas ouviram, disse-me:

— Não te apareci deste modo para acrescentar a tua fé, mas para fortalecer o teu coração neste conflito e fundar os princípios do teu Reino sobre pedra firme. Confia, Afonso, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as outras em que pelejares contra os inimigos da minha Cruz. Acharás a tua gente alegre e esforçada para a peleja, e te pedirá que entres na batalha com o título de Rei. Não ponhas dúvida; mas tudo quando te pedirem lhe concede facilmente. Eu sou o fundador e destruidor dos Reinos e dos Impérios; e quero em ti, e nos teus descendentes, fundar para mim um Império, pelo qual seja o meu nome publicado entre as Nações mais estranhas. E para que os teus descendentes conheçam quem lhes dá o Reino comprarás o Escudo das tuas Armas do preço com que eu remi o género humano e daquele por que fui comprado pelos Judeus; e será por mim o Reino santificado, puro na fé e amado pela piedade.

Eu tanto que ouvi estas coisas, prostrado em terra o adorei, dizendo:

— Por que méritos, Senhor, me mostrais tão grande misericórdia? Ponde, pois, os vossos benignos olhos nos Sucessores que me

prometeis e guardai salva a gente Portuguesa. E se acontecer que tenhais contra ela algum castigo aparelhado, executai-o antes em mim e nos meus descendentes, e livrai este Povo, que amo como filho único.

Consentindo nisto, o Senhor disse:

— Não se apartará deles nem de ti nunca minha misericórdia, porque por via desta tenho aparelhadas grandes searas, e eles escolhidos como meus segadores em terras muito remotas.

Ditas estas palavras, desapareceu; e eu, cheio de confiança e de suavidade, voltei para o Real. E que isto se passou em verdade juro eu, Dom Afonso pelos Santos Evangelhos de Jesus Cristo, tocados com estas mãos. E por tanto mando que os meus descendentes que para sempre me sucederem em honra da Cruz e das cinco Chagas de Jesus Cristo tragam no seu Escudo cinco Escudos partidos em Cruz, e em cada um deles os trinta dinheiros e por timbre a serpente de Moisés por ser a figura de Cristo; e este seja o troféu da nossa geração. E, se alguém tentar o contrário, seja maldito do Senhor e atormentado no Inferno com Judas, o traidor. Foi feita em Coimbra a vinte e nove de outubro, da Era de mil e cento e cinquenta e dois.<sup>3</sup>

A batalha que decorreu a seguir à visão de D. Afonso Henriques deu a vitória aos portugueses. Corria o ano de 1139. Logo em 1140, a chancelaria do reino português passaria a assinar os documentos em nome de D. Afonso, primeiro rei de Portugal, que já tinha sido aclamado como tal, como se lê no Juramento de Ourique, antes de a própria batalha se iniciar. Desta forma, 1140 é considerado o ano da fundação física da nacionalidade portuguesa.

O Juramento de Ourique, que pode ser uma falsificação — Alexandre Herculano, no século XIX, foi o primeiro a colocar em causa a veracidade de toda a história relacionada com o milagre — serve para justificar o seguinte:

- ♦ a vitória, quase impossível, de D. Afonso Henriques sobre cinco reis mouros;
- ♦ a fundação da realeza portuguesa, ela própria escolhida por Deus e sem intermediário;
- ♦ o facto de a realeza portuguesa ter sido escolhida por Deus e, por esse motivo, não poder terminar (no ano da publicação do Juramento de Ourique, o país até estava ocupado por Espanha).

O Juramento de Ourique é mais uma justificação para um país que se sentia escolhido por Deus. Ainda que Alexandre Herculano tenha posto em causa, séculos mais tarde, o Juramento de Ourique, com toda a legitimidade, a visão do primeiro rei português não é um contrasenso. Era fundamental afirmar um Portugal independente da monarquia espanhola. Os mitos tinham de se desenvolver e o Sebastianismo, que os irá recuperar e consolidar, precisava deles para se justificar e defender a nacionalidade. A divulgação do dito Juramento de Ourique ocorre nos anos em que os portugueses esperavam o regresso do rei D. Sebastião para restaurar a independência portuguesa e o movimento sebastianista crescia.

Perante tudo o que já foi referido, a visão de D. Afonso Henriques nunca se resumirá a um embuste. A possível falsificação do texto em que se descreve a aparição de Jesus ao primeiro rei português tinha fundamento, pois a tradição da visão já era consistente nessa altura.

Apesar de o documento do juramento poder ser falso (terá sido o próprio Frei Bernardo de Brito que o forjou), o milagre não pode ser posto em causa devido ao fim que pretende atingir: definir Portugal como país divino, construído segundo a vontade de Deus. E não há dúvida de que contribuiu para aprofundar o misticismo que Portugal teve desde a sua fundação. Tal misticismo já aumentara durante o reinado de D. Dinis com o sentimento que rodeou a criação das Festas do Império do Espírito Santo.



## **A missão secreta dos templários. As origens e o destino de Portugal.**

Portugal nasceu de um sonho, e com ele se cumpriu a missão templária de construir um país divino e escolhido para se erguer um império universal: cristão e fraterno.

A identidade portuguesa está intimamente ligada à Ordem do Templo e aos mitos assimilados ao longo do tempo. Por isso, Portugal é, na sua essência, templário e mítico.

Com este livro, Sérgio Franclim conduz-nos pelos momentos mais marcantes da extraordinária e misteriosa história de Portugal. O país que nasceu com D. Afonso Henriques e com os cavaleiros templários é aqui apresentado com o intuito de se encontrar o fundamento da alma lusitana. E por isso se evocam grandes portugueses, como D. Nuno Álvares Pereira, D. Sebastião, o padre António Vieira e Fernando Pessoa, que marcaram a história de Portugal.

Nesta nova edição, revista e aumentada, destaca-se ainda a Quinta da Regaleira, enquanto representação de um pensamento da portugalidade transcendental, da portugalidade que sonha com o regresso do rei D. Sebastião e com o Quinto Império.

## **A missão templária ainda não terminou: falta cumprir-se Portugal!**



**INCLUI NOVO CAPÍTULO, DEDICADO  
À QUINTA DA REGALEIRA**



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[www.penguinlivros.pt](http://www.penguinlivros.pt)

penguinlivros  
 penguinlivrospt

ISBN 9789895830916



9 789895 830916 >